



**Denise Pereira
(Organizadora)**

**Diversidades:
Diferentes,
não
Desiguais 2**

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais 2 /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-091-9

DOI 10.22533/at.ed.919190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO | |
| Francisca Maria da Silva Barbosa Iara Maria de Araújo Tatiane Bantim da Cruz | |
| DOI 10.22533/at.ed.9191905021 | |
| CAPÍTULO 2 | 14 |
| DEL ESTIGMA AL SUJETX POLÍTICX: UNA ARQUEOLOGÍA DE LA MEMORIA HISTÓRICA TRANS SALVADOREÑA | |
| Amaral Arévalo | |
| DOI 10.22533/at.ed.9191905022 | |
| CAPÍTULO 3 | 31 |
| PRECISAMOS FALAR SOBRE A REPRESENTATIVIDADE LÉSBICA: UMA ANÁLISE DO FILME AZUL É A COR MAIS QUENTE | |
| Glaucy de Sousa Santana | |
| DOI 10.22533/at.ed.9191905023 | |
| CAPÍTULO 4 | 41 |
| SAUDOSA AMÉLIA - A CRISE DA MASCULINIDADE FRENTE ÀS “MULHERES MODERNAS” | |
| Ingrit Machado Jeampietri de Paiva | |
| DOI 10.22533/at.ed.9191905024 | |
| CAPÍTULO 5 | 54 |
| RECORTES DA SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA EM OLHOS D'ÁGUA DE CONCEIÇÃO EVARISTO | |
| Ana Caroline Genésio Rodrigues Maria Aparecida Nascimento de Almeida | |
| DOI 10.22533/at.ed.9191905025 | |
| CAPÍTULO 6 | 64 |
| UM CHOPP PRA DISTRAIR: DISCURSO PUBLICITÁRIO E GÊNERO | |
| Anselmo Lima de Oliveira Alfrancio Ferreira Dias Simone Silveira Amorim | |
| DOI 10.22533/at.ed.9191905026 | |
| CAPÍTULO 7 | 73 |
| TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CATEGORIAS DE RAÇA E GÊNERO | |
| Júlia Castro John | |
| DOI 10.22533/at.ed.9191905027 | |
| CAPÍTULO 8 | 80 |
| TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO DIREITO BRASILEIRO | |
| Anna Christina Freire Barbosa Walney Moraes Sarmiento | |
| DOI 10.22533/at.ed.9191905028 | |

CAPÍTULO 9 91

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE O PÚBLICO LGBT COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ EM LOCAIS HOMOAFETIVOS NA CAPITAL CEARENSE

David Sousa Garcês
Fábia Costa
Diêgo Matos Araújo Barros
Neila Fernanda Pereira de Souza Diniz
Valeska Denise Sousa Garcês

DOI 10.22533/at.ed.9191905029

CAPÍTULO 10 100

UNIVERSIDADE PÚBLICA E EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA: A ELABORAÇÃO DE UM PLANO PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NA UFAC

Fabiana Nogueira Chaves
Maurício Pimentel Homem de Bittencourt

DOI 10.22533/at.ed.91919050210

CAPÍTULO 11 116

A ESCRITURA DE AUTORIA FEMININA EM A PAIXÃO DE LIA, DE BETTY MILAN, E AS DOZE CORES DO VERMELHO, DE HELENA PARENTE CUNHA

Giovanna de Araújo Leite

DOI 10.22533/at.ed.91919050211

CAPÍTULO 12 126

A INTERFACE DO SEMBLANTE E DA PULSÃO ESCÓPICA ATRAVÉS DO RELANCE DO RAPAZES ALEGRES EM QUEER EYE

Eider Madeiros
Hermano de França Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.91919050212

CAPÍTULO 13 138

A APROPRIAÇÃO DA SEXUALIDADE FEMININA NA FICÇÃO COMO ARTIFÍCIO FIRMADOR DO DISCURSO MACHISTA

Raíssa Feitosa Soares
Emannuely Cabral de Figueiredo
Lissa Furtado Viana
Otávio Evangelista Cruz

DOI 10.22533/at.ed.91919050213

CAPÍTULO 14 147

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE KEHINDE E RAMI: UMA ANÁLISE DA OBRA DE ANA M. GONÇALVES E P. CHIZIANE

Aparecida Gomes Oliveira
Lídia Maria Nazaré Alves
Rhanielly Gomes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.91919050214

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 15 | 158 |
| A INFLUÊNCIA QUE O CONSELHO DA MULHER EXERCE NO TOCANTE A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA | |
| Sara Regina Santos Oliveira | |
| David Sousa Garcês | |
| Fábia Costa | |
| Diêgo Matos Araújo Barros | |
| Valeska Denise Sousa Garcês | |
| DOI 10.22533/at.ed.91919050215 | |
| CAPÍTULO 16 | 166 |
| A CAPOEIRA ANGOLA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA | |
| Janayna Rocha Magalhães | |
| DOI 10.22533/at.ed.91919050216 | |
| CAPÍTULO 17 | 180 |
| A REPRESENTAÇÃO DA GUERRA CIVIL MOÇAMBICANA EM TERRA SONÂMBULA | |
| João Philippe Lima | |
| Daniela de Sousa Araújo | |
| DOI 10.22533/at.ed.91919050217 | |
| CAPÍTULO 18 | 190 |
| AS REPERCUSSÕES DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO PADRÃO DE SAÚDE-DOENÇA DA POPULAÇÃO NEGRA NA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA | |
| Luysa Gabrielly de Araujo Moraes | |
| Regina Moraes da Silva Araujo | |
| Lucas Paoly de Araujo Moraes | |
| José João Araujo Neto | |
| Janice Alves Trajano | |
| DOI 10.22533/at.ed.91919050218 | |
| CAPÍTULO 19 | 197 |
| BRASIL: A ÁFRICA NA AMÉRICA DO SUL | |
| Jorge Yuri Souza Aquino Leite Rodrigues Lins | |
| Maria Eduarda Henrique Mascarenhas | |
| DOI 10.22533/at.ed.91919050219 | |
| CAPÍTULO 20 | 205 |
| BRUXA E ADÚLTERA (A GLORIOSA FAMÍLIA (1997), DO ANGOLANO PEPETELA) | |
| Denise Rocha | |
| DOI 10.22533/at.ed.91919050220 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 219 |

A INFLUÊNCIA QUE O CONSELHO DA MULHER EXERCE NO TOCANTE A GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES NEGRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS – BA

Sara Regina Santos Oliveira

David Sousa Garcês

Fábia Costa

Diêgo Matos Araújo Barros

Valeska Denise Sousa Garcês

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise sobre as ações do conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus - BA, no tocante a efetivação do atendimento e acolhimento das mulheres negras vítimas de violência, com o intuito de verificar se as intervenções das conselheiras estavam sendo eficazes e contribuindo com a inclusão social das mulheres vítimas de violência. O trabalho, de cunho descritivo, possui uma abordagem qualitativa e visa descrever as impressões das conselheiras acerca da rede de atendimento às mulheres negras vítimas de violência doméstica e a influência que o conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus-BA exerce na promulgação da garantia de direitos das mulheres negras vítimas de violência. Para isso foi aplicado junto às conselheiras entrevistas semi-estruturadas no intuito de verificar as ações realizadas pela rede de atendimento às mulheres negras vítimas de violência doméstica, assim como também foi necessário a realização de uma pesquisa bibliográfica que auxiliou na construção do

referido trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Mulher. Raça.

ABSTRACT: The objective of the present work is to analyze the actions of the women 's council of the municipality of Santo Antônio de Jesus - BA, in order to ensure the care and reception of black women victims of violence, in order to verify if the interventions of the counselors were being effective and contributing to the social inclusion of women victims of violence. The descriptive work has a qualitative approach and aims to describe the counselors' impressions about the network of care for black women victims of domestic violence and the influence that the council of the woman of the municipality of Santo Antônio de Jesus-BA exercises in the enactment guaranteeing the rights of black women victims of violence. For this purpose, semi-structured interviews with the counselors were applied in order to verify the actions carried out by the service network for black women victims of domestic violence, as well as a bibliographical research that helped in the construction of this work.

KEYWORDS: Violence. Woman. Breed.

INTRODUÇÃO

A “Violência contra a mulher”, especificamente contra a mulher negra, será

a temática abordada neste trabalho. O mesmo teve como intuito analisar, a partir dos discursos das conselheiras integrantes do Conselho dos Direitos da Mulher no município de Santo Antônio de Jesus - BA, as ações/influências realizadas pelo referido conselho em prol da mulher negra vítima de violência, e violência doméstica, no referido município em questão.

A violência doméstica contra a mulher, assim como a violência em geral, não é algo recente, mas, está presente em todas as sociedades desde os primórdios da humanidade. Esse tipo de violência tem sua origem na desigualdade de gênero, em questões históricas e culturais e, atinge milhares de mulheres nas dimensões: física, emocional, sexual, socioeconômica e cultural. No Brasil, as mulheres negras são as mais afetadas por esse tipo de violência. De acordo com o Mapa da Violência 2015, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), pontuou que houve um aumento de 54% de homicídios de mulheres negras passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. Sendo que as taxas das mulheres e meninas negras vítimas de homicídios cresceu de 22,9% em 2003 para 66,7% em 2013. Isso representa um acréscimo de 190,9% na vitimização de negras, em comparação ao de brancas.

De acordo com Carneiro (2001), a situação de desigualdade vivenciada pela mulher negra no país, em todos os âmbitos, pode ser considerada como uma extensão do período de escravidão. Pois, verifica-se que, além da desigualdade de gênero, essas mulheres também são vítimas da discriminação devido a sua cor ou raça.

As lutas sociais em prol da garantia dos direitos humanos das mulheres negras, contribuíram para a efetivação de alguns dos seus direitos, no entanto, as mesmas ainda permanecem em situação de desvantagem econômica, social, dentre outros aspectos, em comparação às mulheres brancas. O sistema político brasileiro em sua maioria, injusto e racista, no qual persistem as relações de poder e de conflito, muitas vezes não prioriza a implementação de políticas públicas voltadas para essas mulheres contribuindo assim, para a perpetuação da prática de atos violentos de naturezas física, moral ou psicológica contra as mesmas.

Corroborando com a afirmativa, Djamilia Ribeiro (2014), coloca em pauta que o resultado da pesquisa realizada pela (FLACSO), o Mapa da Violência 2015, evidencia que existe uma falha do Estado em não promover políticas públicas específicas para as mulheres negras e pobres no Brasil, necessitando de uma assistência interseccional para as mulheres negras. Isso, advêm, do processo histórico “pós-escravista” que impôs à população negra situações de discriminação e repressão (RIBEIRO, 2006).

A elas cabem o acesso aos menores níveis de escolaridade, trabalhos precarizados, moradia e salários indignos, acesso fragilizado de saúde, educação e lazer, submissão e inferioridade em relação à cor e gênero em seus diversos espaços ocupacionais.

A instituição de mecanismos no âmbito jurídico e das políticas públicas com o intuito de coibir às práticas da violência doméstica ainda não foi suficiente para dissipar essa problemática. Os dados revelam que a criação da Lei Maria da Penha,

por si só, não reduziu efetivamente o quantitativo de mulheres vítimas de violência de forma expressiva. O decréscimo no número de homicídios ocasionados por violência doméstica, cujo autor do crime em sua maioria é homem, parceiro ou ex-parceiro da vítima, teve uma redução inexpressiva e explícita a necessidade de criação de outras medidas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Ao longo da discussão do presente trabalho, destacamos o fato das mulheres negras que, enfrentam condições desiguais no que concerne a estrutura social e econômica do país, estando submetidas às adversas situações de discriminação.

Sabemos que a instituição pública, especialmente o gestor público, tem uma grande responsabilidade no que concerne a combater qualquer tipo de violência, mais especificamente punir legalmente qualquer procedimento de atendimento que contribua e transborde para que o preconceito e a violência de etnia/cor e gênero manifestem e perpetue na sociedade. No entanto, é imprescindível que a população seja ativa, expressando suas demandas e exigindo seus direitos.

O interesse em realizar a referida pesquisa, surgiu através de inquietações que ocorreram a partir de leituras, reflexões e discussões da bibliografia referente à violência contra a mulher e na convivência durante o período de estágio do curso de graduação nas áreas de Serviço Social e Psicologia, respectivamente no SUS e no SUAS, com mulheres vítimas de violência que relatavam não denunciar atrocidades sofridas por companheiros, vizinhos e familiares pelo fato de haver um frágil sistema de proteção à mulher que a resguardasse de qualquer perigo.

O presente trabalho tem como objetivo central realizar uma análise sobre as ações do conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus - BA, no tocante a efetivação do atendimento e acolhimento das mulheres negras vítimas de violência, com o intuito de verificar se as intervenções das conselheiras estavam sendo eficazes e contribuindo com a inclusão social das mulheres vítimas de violência.

É interessante frisar, que o referido Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher (CMDM) foi criado em 2010, sendo formado por 24 conselheiras, sendo 12 titulares, 06 representantes da sociedade civil e 06 representantes do poder público e suas respectivas suplentes.

METODOLOGIA

O caminho para a ampliação do conhecimento acerca da situação das mulheres negras vítimas de violência doméstica na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA compreende a realização de uma pesquisa científica, tal como nos propomos realizar a partir deste trabalho científico.

De acordo com Cassab (2007), a pesquisa científica se propõe superar a aparência. Decorre da curiosidade e é a forma de observação, verificação e explanação dos fatos que o homem deseja ampliar a compreensão. A partir desta definição apresentada acima, especificamos aqui a estratégia metodológica abraçada nesta presente

investigação.

O presente estudo é de cunho descritivo de abordagem qualitativa. Ou seja, a pesquisa visa descrever as impressões das conselheiras acerca da rede de atendimento às mulheres negras vítimas de violência doméstica e a influência que o conselho da mulher do referido município exerce na promulgação da garantia de direitos das mulheres negras vítimas de violência. Utilizamos a pesquisa descritiva porque segundo Gil (2008), ela descreve as características de determinada população ou fenômenos.

O estudo foi realizado no município de Santo Antônio de Jesus situado no Recôncavo Sul da Bahia. A amostra do presente estudo foi composta por três indivíduos do sexo feminino que atuam no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do referido município, onde, para se preservar a identidade das referidas utilizou-se na pesquisa nomes fictícios, tais como: Tulipa; Rosa e Angelica. A postura de escuta e o respeito são atividades necessárias à construção de uma leitura acerca das impressões e das experiências das conselheiras sobre a violência contra a mulher, especificamente a mulher negra. Para iniciar o estudo foi necessário primeiramente realizar uma pesquisa bibliográfica que consiste em uma revisão de literatura que viabiliza a orientação do trabalho científico por meio de fontes teóricas disponíveis em livros, site de internet, periódicos, dentre outros (PIZZANI et. al.,2012, p.54).

Na fase seguinte foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas junto as conselheiras no intuito de verificar as ações realizadas pela rede de atendimento às mulheres negras vítimas de violência doméstica.

A entrevista é um instrumento importante de pesquisa neste trabalho, pois segundo Marconi e Lakatos (2007) ela é um encontro de dois sujeitos, a fim de que um deles obtenha informações sobre determinado assunto. Nesta modalidade de entrevista, o entrevistador dispõe de um guia com alternativas pré-definidas e perguntas abertas e combinadas, tendo a liberdade de mudar a ordem das perguntas e aprofundar em algum tema de interesse da investigação e o entrevistado, ter liberdade de responder as perguntas que lhe foram apresentadas (ALVARENGA, 2012).

Para os fins desta pesquisa um dos elementos centrais a ser investigado são as ações do conselho da mulher do município de Santo Antônio de Jesus, no tocante a efetivação do atendimento e acolhimento das mulheres, especificamente as autodeclaradas como negras vítimas de violência, buscando observar se as mesmas estão sendo realizadas de forma eficaz.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere às intervenções sociais sejam elas urbanas ou rurais promovidas pelas representantes do Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher é identificado que essa instituição exerce influência no município no tocante a garantia dos direitos das mulheres negras vítimas de violência doméstica na medida

em que elas realizam reuniões e conferências.

Cabe destacar, que uma das ações do conselho em questão é fomentar a assinatura do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pelo gestor público municipal a fim de viabilizar políticas públicas para as mulheres santantoninenses, como destacam as conselheiras. Outra medida parte da realização de mobilizações junto à comunidade por parte das referidas conselheiras no município, pressionando a gestão pública municipal para a criação de Políticas Públicas para as mulheres, onde, essa situação se integraliza, quando elas convidam a gestão pública para discutir sobre as necessidades do município e da própria sociedade civil que por sua vez, é legitimado por lei o direito de estar inserida no processo decisório coparticipando das atividades da gestão pública do município. As falas a seguir ilustram a luta das conselheiras para mobilizar a sociedade e a Gestão Pública Municipal a discutir políticas públicas voltadas para as mulheres:

[...] É justamente a questão desse pacto que a gente tá tentando que seja assinado é para dar uma abertura, porque a partir da assinatura dele então vão ser assim mobilizados questões para justamente criar políticas públicas voltadas para mulheres, a mulher no todo né, mais até assim, o momento a gente tem a atuação do conselho que já está correndo atrás para tentar conseguir justamente para ser viabilizadas as políticas públicas né para a criação dessas necessidades que a gente tem pra voltadas para a mulher mais infelizmente, pelo menos eu não, não tenho conhecimento de algo assim já mais concreto né. A assinatura do pacto é assim, que já teve até um prazo, teve um prazo, que já, que já expirou e aí o pessoal de salvador representante da secretaria né, estadual vieram e conversaram e disseram que estenderia um pouco este prazo. Então assim a dificuldade é a gente sentar e ver e a gestão, o poder executivo disser vamos assinar e aí tem que entrar, ter um consenso questão do dia, de data e tal e o pessoal vem traz o documento e o prefeito assina. Então ainda não chegou neste ponto aí de dizer assim vai marcar tal data, a gente vai assinar logo. [...] (ROSA, 2015).

[...] eu vejo hoje é a nossa coragem de tá fazendo esse enfrentamento e lutando para a gente conseguir ser vista conseguir ser ouvida porque toda vez que a gente tem uma situação que é voltada para a mulher a gente tem que tá brigando com o poder público para a gente conseguir ser ouvida, ser recebida e ser atendida né então assim o ponto positivo hoje que eu falo é o conselho existir e tá lutando e tá correndo atrás dessas políticas públicas que ainda não tá no município (TULIPA, 2015).

[...] nós temos é as palestras, os encontros, os movimentos sociais onde a gente discute muito para consolidar esses direitos que venham o mais rápido né esses direitos e políticas para as mulheres, que elas se sintam mesmo abraçadas que na conferencia a gente viu isso muitas mulheres negras das zonas rurais que vieram buscar os direitos delas, dizer o porquê que elas estavam ali naquela conferencia [...] Elas reivindicavam os melhores direitos na saúde, na educação, na moradia, que o poder público viesse ver, reivindicar uma delegacia da mulher para ter um acolhimento, uma casa de acolhimento para dar proteção a essas mulheres que sofrem violência (ANGELICA, 2015).

Diante disso, faz-se necessário também, a implantação de políticas públicas que contemplem especificamente a mulher negra em Santo Antônio de Jesus no que concerne ao combate das desigualdades provocadas pela discriminação social e

racial, seja nos espaços públicos e/ou privados. Acredita-se, que, as ações municipais do conselho serão mais efetivas a partir do momento em que se organizar uma Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e discutir a viabilização de uma alocação orçamentária ao município para que, os órgãos promovam políticas de promoção da igualdade racial com o intuito de desconstruir e/ou minimizar o racismo e o preconceito, cooperando para a redução das desigualdades raciais, seja nas dimensões social, econômica, educacional, política, cultural e da saúde. Como identificado nas falas das conselheiras, elas são agentes que estabelecem canais de diálogo e deliberação, escuta e defendem os interesses da comunidade, garantem a informação e a divulgação de suas deliberações bem como, dos benefícios, programas e projetos das políticas direcionadas para as mulheres.

A relevância do presente estudo permeia sobre a atuação das conselheiras na luta pela garantia do acesso aos direitos da mulher, inclusive da mulher negra e na luta contra a violação dos Direitos Humanos. Entende-se que é necessário que as conselheiras, seja qual for o eixo temático, precisam se apoderar dos conhecimentos e de concepções a respeito de assuntos que permeiam as demandas da minoria da qual se está lutando. Pois, historicamente:

A classificação da Mulher tem sido norteada pelas óticas biológica e social, determinantes para a desigualdade de gênero, que traz em seu bojo uma relação assimétrica sob a égide de um discurso que se pauta na valoração de um sexo sob o outro [...]

A violência contra a mulher traz em seu seio, estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça/etnia e suas relações de poder. Tais relações estão mediadas por uma ordem patriarcal proeminente na sociedade brasileira, a qual atribui aos homens o direito a dominar e controlar suas mulheres, podendo em certos casos, atingir os limites da violência (PINAFI, 2007, pg. 1 e 4)

Sendo assim, compreende-se que produção de conhecimento sobre as temáticas: gênero, direitos da mulher, violência doméstica, preconceito racial e o papel do conselho diante desses assuntos é imprescindível para contribuição da qualificação interventiva das representantes do Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher.

CONCLUSÃO

Na contemporaneidade há uma disposição de algumas gestões públicas municipais em trabalhar e buscar a inclusão da população através de iniciativas coletivas que viabilizem o progresso municipal. É o que podemos chamar de um entrelaçamento da democracia representativa e democracia participativa, no sentido da população contribuir nos espaços de decisão política através do processo eleitoral a partir do voto para a escolha dos seus representantes mais também, do modus operandi das ações ocorridas nos espaços de decisão política como os conselhos, que têm como

premissa contribuir para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas municipais, dando a possibilidade de construir acordos em defesa a não violação dos direitos da mulher, alterações de regulamentação de leis municipais que permita o ingresso de ações voltadas para as mesmas, bem como, descontingenciamento de recursos federais, estaduais e municipais das políticas públicas.

O Conselho Municipal de Santo Antônio de Jesus dos Direitos da Mulher é resultado deste processo de democratização por ser um espaço de decisão política municipal com a finalidade de promover políticas públicas que visem assegurar condições de liberdade, igualdade de direitos entre gêneros e a possibilidade plena da participação da população nas atividades políticas, econômicas e culturais do referido município propondo debates, recebendo e examinando denúncias de fatos de violação aos direitos da mulher tomando as devidas providências, encaminhando, acompanhando e interagindo junto com os órgãos competentes e exigindo o cumprimento da legislação vigente que certifica os direitos da mulher.

A atuação do conselho no município representa a luta de algumas mulheres, de diversidades: sexual, geracional, étnico/racial, socioeconômica e política para viabilizar o estabelecimento de leis tornando-se um lócus para se alcançar políticas para as mulheres condizentes com a realidade brasileira, sendo expresso assim, suas respectivas demandas e expectativas sociais.

A partir da impressão das entrevistadas em relação ao preconceito racial no município, é preciso que o conselho atue por meio de políticas públicas municipais, nos âmbitos da educação e nos aspectos de geração de trabalho e renda para a comunidade negra do município, incluindo ações que minimizem o preconceito racial e que essa demanda seja um dos objetivos no plano diretor a ser implementado.

O conselho em questão tem viabilizado ações para minimizar a violência contra a mulher, dentre elas a violência doméstica. Atualmente no município inexiste uma Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher e o conselho tem pressionado o poder público para viabilização desta rede haja vista, que a Gestão Pública Municipal se isenta de assinar o Pacto de Enfretamento a Violência contra a Mulher, não elucidando os motivos, para que o município tenha possibilidade de construir uma política municipal de acordo com as determinações da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Neste caso, é possível verificar uma inversão de papel do conselho e do gestor público do município, pois, a sociedade civil tem lutado pela efetivação de algo que é missão também do gestor público. Cabe destacar que no estudo, fica explícito nas entrelinhas dos relatos das conselheiras, que elas ao se depararem com os entraves que dificultam o trabalho do conselho, manifestam sentimentos como impotência, indignação e tristeza, mas ao mesmo tempo, sentimento de alegria por estar fazendo parte de um movimento de luta pela igualdade de gênero.

Conclui-se que o conselho é um espaço que abarca uma diversidade de representações e possibilita a participação da população no dever de exercer seu papel como cidadão que é lutar por uma sociedade mais justa e igualitária através do

reconhecimento de que somos sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. M. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos**. Tradução de AMARILHAS, C. 2. ed. Paraguai: Universidad Nacional de Asunción, 2012.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, 2001, Durban: África do Sul. Revista Lola Press, nº 16, 2001. Disponível em: < http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=208 >. Acesso em: 22 de Novembro de 2015

CASSAB, L.A. **Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social**. Revista Katál. Florianópolis, v. 10 ,n. esp., p. 55-63, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. – 2. Repr. São Paulo: Atlas, 2007.

PINAFI, T. **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. Revista Histórica, nº 21, 2007. Disponível em: < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/editorial/> >. Acesso em: 11 de Janeiro de 2016.

PIZZANI, L.et. al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, 2012.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, D. **As diversas ondas do feminismo acadêmico: os diferentes momentos dos estudos acadêmicos voltados às questões da mulher e um desafio do mundo atual**. Revista Carta Capital, 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-091-9

